

REPORTAGEM ESPECIAL

Meliponicultura e apicultura enfrentam gargalos e desafios no Rio Grande do Sul

Gabriel Eduardo Bortolini,
especial para o JC

O apicultor Valdir Maurer conta que Carazinho se tornou um polo consumidor de mel. Segundo ele, o consumo de mel na cidade passa de 400 gramas anuais por pessoa — pouco menos que a média europeia e bem mais que a brasileira, que fica em torno de 60 gramas por pessoa, segundo a Federação Apícola do Rio Grande do Sul (Fargs). “O pessoal daqui adotou o mel como alimento, não só como remédio”, o produtor celebra.

O baixo consumo da população nacional é uma das principais dificuldades relatadas por produtores e entidades. Aumentar o consumo interno de mel é, segundo Patric Luderitz, vice-presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul (Fargs), justamente o plano da Confederação Brasileira de Apicultura e Meliponicultura.

“O Brasil consome per capita cerca de 60 g de mel por pessoa. A Europa consome, em média, 500 g. A Eslovênia chega a 2 quilos. Nós não precisamos chegar nisso. Se triplicarmos para 150, 200 gramas por pessoa, já faltaria mel para exportar”, calcula o vice-presidente da Fargs.

Hoje, segundo o coordenador da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi). Aroni Sattler, a apicultura gaúcha é dependente das exportações, pela falta de consumo interno. Uma estratégia para aumentar esse número é, tanto para Luderitz quanto para Sattler, a inclusão do mel na merenda escolar.

“É importante que os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — coloquem mel na merenda escolar. Isso é um pedido de muitos anos. Mas

aí inventam burocracia. Algumas cidades fazem, outras não. Só isso aí já incentivaria as crianças a comer mais mel, a aprenderem desde pequenas. Porque depois de grandes não gostam, não têm hábito”, Luderitz reitera. “Nos períodos críticos, tínhamos uma alternativa muito interessante”, aponta Sattler.

Um desses períodos ocorreu em 2025, após o tarifaço imposto pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, incluindo o mel, que chegou a ser sobretaxado em 50%, embora parte das medidas tenha sido revista posteriormente. Agora, o recém-firmado acordo Mercosul-UE desponta como uma nova oportunidade. A preocupação, no entanto, é com as exigências do mercado europeu.

“A Europa é bastante exigente, inclusive com as condições ambientais mais amplas, não só com os resíduos em si. Mas o principal problema é o uso muito grande que houve — e ainda em parte acontece — por causa das mudanças do perfil pecuário para o agrícola, e o uso dos dessecantes. Está comprovado que eles deixam resíduos no solo por longo tempo. Eu sempre trabalhei com doenças em abelhas. Mandavam amostras para mim para descobrir qual doença havia matado as colmeias. Depois de um certo tempo eu vi que praticamente não havia doença; era outra causa. Começaram a aparecer resíduos de contaminantes”, ilustra Sattler.

Trata-se de uma discussão extensa, para além do comércio exterior e da própria apicultura, embora a relação entre as abelhas e a preservação ambiental seja intrínseca. “A gente tem que considerar que o consumidor brasileiro também tem direito a consumir um produto livre de contaminantes. Não adianta querer dizer que vamos deixar o melhor produto para o mercado



Sattler acredita que uma alternativa para aumentar o consumo seria incluir o mel na merenda escolar

externo. A saúde dos brasileiros é muito importante também”, reforça. Sattler cita o caso de um apicultor na região do Planalto que encontrou resíduo de glifosato numa fonte a 170 metros de profundidade.

“Só isso já basta para dizer que o problema é sério. De fato, tivemos algumas partidas de mel que não foram aceitas no mercado europeu porque estavam acima do nível de resíduos que eles aceitavam. Mas esses níveis também são usados para impor barreiras comerciais. Quando falta mel no mercado internacional, eles aceitam qualquer mel, porque depois misturam com um mel sem contaminantes e baixam até o nível aceitável. Isso já acontece há muitos anos e continua acontecendo”.

Para Sattler, essa é uma questão, sobretudo, de boas práticas agrícolas e apícolas. O professor lembra, ainda, que as espécies de abelhas nativas, sem ferrão, são também muito impactadas pelo uso indevido de contaminantes. “A meliponicultura vem crescendo muito. As abelhas sem ferrão têm um papel importante na polinização também. Se houver um controle, uma aplicação mais equilibrada dos defensivos agrícolas, nós temos, em qualquer bosquezinho, qualquer beira de rio ou riacho onde exista algum tipo de vegetação, essas abelhas nativas. E elas vão polinizar soja, canola,

girassol, frutíferas, tudo. Isso tem um valor inestimável, até difícil de calcular, mas ele é real”, aponta.

Segundo Luderitz, o Estado tem pelo menos 23 espécies de abelhas nativas. “E a meliponicultura está crescendo muito, inclusive nas cidades. As legislações estão mudando para permitir essa criação urbana”.

O mel das abelhas sem ferrão tem sido cada vez mais valorizado e novas iniciativas têm chamado a atenção de produtores e instituições. Em São João da Urtiga, o apicultor Emanuel Hollenbach participa de um projeto em conjunto com o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), de Passo Fundo.

“Estamos elaborando um projeto para coletar o mel das abelhas sem ferrão. O Cetap vai distribuir meliponários para alguns agricultores aqui da região. Eles vão trazer esse mel para cá e a gente vai beneficiar e depois agregar no portfólio de produtos”, explica.

De acordo com o Diagnóstico da meliponicultura no Rio Grande do Sul, circular técnica publicada em 2024 pela Seapi/DDPA, os principais benefícios da atividade no Rio Grande do Sul, tanto para os meliponicultores quanto para os técnicos extensionistas consultados dizem respeito ao auxílio dessas abelhas como polinizadoras, além de se tratar de uma prática “ambientalmente susten-

tável e que contribui para a conservação da biodiversidade”. Esse potencial, no entanto, enfrenta um entrave intrínseco, conforme os mesmos extensionistas e meliponicultores: “está relacionado ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos”, assinala o texto.

A valorização da meliponicultura fica evidente, segundo Sattler, em eventos como o Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura, ocorrido de 13 a 16 de maio em Florianópolis.

“Metade dos estandes eram de abelhas nativas. E metade das palestras da parte técnica do evento também era sobre abelhas nativas. Palestras muito interessantes, mostrando esse crescimento”, ressalta.

O congresso é o maior evento sobre apicultura e meliponicultura no País e recebeu o presidente da Federação Internacional das Associações de Apicultores (Apimondia), Peter Kosmus. A presença de Kosmus foi celebrada pelas entidades brasileiras do setor.

“No seu discurso, ele mencionou união entre apicultores e meliponicultores como exemplo para o mundo”, enfatiza Luderitz, que ressaltou a importância do retorno do Brasil à Apimondia. “E conseguimos também encaminhar a vinda do maior encontro de apicultura mundial para o Brasil, provavelmente em 2031”, comemora.